

## A BNCC EM FOCO: INTERVENÇÃO DIDÁTICO-FORMATIVA CONTRA- HEGEMÔNICA PARA GESTORES ESCOLARES

Marcos Vinicius Francisco<sup>1</sup>  
Monica Fürkotter<sup>2</sup>  
Maicon Antunes Fernandes<sup>3</sup>

### GT 9 – Políticas Públicas e Gestão Socioeducacional

#### RESUMO

O objetivo deste artigo, recorte de uma macropesquisa financiada pelo CNPq, é apresentar a intervenção didático-formativa desenvolvida junto a gestores escolares que experienciaram o processo de materialização da BNCC nos currículos municipais e estaduais de diferentes estados brasileiros. Ancorada nos pressupostos epistemológicos e ontológicos do método do materialismo histórico-dialético, elegeu-se como procedimento teórico-metodológico a proposição de intervenção didático-formativa via *Google Meet*. Embora o discurso governamental afirme que a BNCC tenha sido elaborada de forma democrática, investigações e associações científicas da área de Educação, têm denunciado esse processo. Na intervenção, pesquisadores comprometidos com a transformação social qualificaram o debate e a formação continuada de gestores escolares, os quais têm experienciado, em suas ações, as consequências da padronização curricular do trabalho educativo na educação básica.

**Palavras-chave:** BNCC. Gestores escolares. Políticas Curriculares. Intervenção didático-formativa.

#### ABSTRACT

The objective of this article, part of a macro-research funded by CNPq, is to present the didactic-formative intervention developed with school managers who experienced the process of materialising the BNCC in the municipal and state curricula of different Brazilian states. Anchored in the epistemological and ontological assumptions of the historical-dialectical materialism method, the theoretical-methodological procedure chosen was to propose a didactic-training intervention via *Google Meet*. Although the government claims that the BNCC was drawn up democratically, research and scientific associations in the field of Education have denounced this process. In the intervention, researchers committed to social transformation qualified the debate and continuing training of school managers, who have experienced the consequences of the curricular standardisation of educational work in basic education in their actions.

**Keywords:** BNCC. School managers. Curriculum Policies. Didactic-formative intervention.

<sup>1</sup> Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Campus de Presidente Prudente. Pró-Reitor de Ensino e docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas Educacionais e Formação de Professores (EPEFOP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5410-2374>. E-mail: [mvfrancisco@uem.br](mailto:mvfrancisco@uem.br).

<sup>2</sup> Doutora em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP), Campus de São Carlos. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Oeste Paulista (Unoeste). Líder do Grupo de Pesquisa Contexto Escolar e Processo de Ensino Aprendizagem: ações e interações (CONTEPEA). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3479-5289>. E-mail: [mofurkotter@gmail.com](mailto:mofurkotter@gmail.com).

<sup>3</sup> Licenciado em Educação Física pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas Educacionais e Formação de Professores (EPEFOP). ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-8815-3016>. E-mail: [maicon-antunes-nike@hotmail.com](mailto:maicon-antunes-nike@hotmail.com).

## INTRODUÇÃO

O presente artigo é decorrente do macroprojeto intitulado “A BNCC e as políticas educacionais em diferentes estados brasileiros: materialização nos currículos e intervenção formativa de gestores escolares”, financiada pelo Edital Universal do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq/MCTI/FNDCT n. 18/2021 - Faixa B - Grupos Consolidados. O macroprojeto é composto por 25 pesquisadores doutores do Brasil e do México, vinculados a diferentes grupos de pesquisa e redes internacionais, a exemplo da Red Latinoamericana de Estudios sobre Educación Escolar, Violencia y Desigualdad Social (RESVIDES), além de dois bolsistas de Iniciação Científica (IC), sete estudantes de Mestrado e cinco de Doutorado.

A análise do processo de construção da Base Nacional Comum Curricular, como apresentado na versão final para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio (BRASIL, 2018a), não pode ser alijada do movimento presente na Agenda Globalmente Estruturada para a Educação (AGEE), sobretudo, a partir dos direcionamentos e recomendações aos países em desenvolvimento, tais como o Brasil e demais países da América Latina (DALE, 2004). Mencionam-se como exemplos, os currículos padronizados, os conteúdos, as competências e habilidades requeridas pelo mercado, as quais encontram-se circunscritas às avaliações em larga escala e têm impactado os processos de formação inicial e continuada de professores (FRANCISCO; GONÇALVES; PAIAS, 2023; HYPOLITO, 2021).

De acordo com Aguiar e Dourado (2018), a defesa por uma Base Comum Nacional, conceito construído e defendido pelo movimento dos educadores brasileiros, sobretudo os que se encontram ligados às associações da área de Educação, se deu a partir do que estava anunciado no Art. 210 da Constituição Federal, ao definir que “[...] serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988); e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), por meio do Art. 9, inciso IV, segundo o qual a União, “[...] em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios [...]” deveria estabelecer “[...] competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio [...] de modo a assegurar formação básica comum”, e ainda, do Artigo 26 que estabelecia que “Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser

complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada [...]”<sup>4</sup> (BRASIL, 1996).

Todavia, essa concepção ao ser obliterada, deu lugar a atual BNCC, especialmente, após o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores – PT), ocasião em que Michel Temer (MDB) assumiu a presidência da república de forma interina (AGUIAR; DOURADO, 2018). Por conseguinte, Mendonça Filho (DEM) assumiu o Ministério da Educação (MEC), ocasião em que vários cargos tiveram seus responsáveis exonerados e estes foram ocupados pelos quadros ligados ao PSDB e DEM (coligação liberal-conservadora), a exemplo de Maria Helena Guimarães de Castro, que passou a ocupar a Secretaria Executiva, em um explícito processo de mudanças que culminou em reformas empresariais e privatistas da educação (MOREIRA, 2018).

Marsiglia *et al.* (2017, p. 115) sinalizam que, tais mudanças foram identificadas na terceira versão da BNCC, apresentada em abril de 2017 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e aprovada por meio da Resolução CNE/CP n. 2, de 22 de dezembro de 2017 (BRASIL, 2017a), “[...] ocasião em que readequaram o documento aos interesses dos representantes da classe empresarial presentes na ONG ‘Movimento pela Base Nacional Comum’, aprovando-a para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental”<sup>5</sup>. A referida Resolução, no Artigo 15, parágrafo único, já previa que “A adequação dos currículos à BNCC deve ser efetivada preferencialmente até 2019 e no máximo, até início do ano letivo de 2020” (BRASIL, 2017a, p. 11), para os sistemas de educação ou rede de ensino, ao abarcar, assim, os níveis estaduais e municipais,

Caetano (2020, p. 74) chama atenção para o papel desempenhado pelo Movimento pela Base e pela Fundação Lemann. A última “[...] financiou e forneceu aos funcionários do governo informações relevantes através de seminários, traduzindo documentos internacionais para o português”, além de financiar relatórios de pesquisa e convidar especialistas estrangeiros para abordar suas experiências e redigir sobre os padrões nacionais de aprendizagem. Ou seja, além de fornecer insumos informativos, a Fundação também definiu os pontos e os fundamentos básicos para o processo de escrita da versão final da BNCC, em especial, a partir de seminários

<sup>4</sup> Redação original da Lei n. 9.394/96 aprovada em 20 de dezembro de 1996, alterada pela Lei n.12.796, de 04 de abril de 2013 (BRASIL, 2013).

<sup>5</sup> O Ensino Médio foi objeto de discussões complementares, pois, em fevereiro, dois meses antes do encaminhamento da terceira versão da BNCC ao CNE, foi aprovada a Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que instituiu a Reforma do Ensino Médio (BRASIL, 2017b). Face à aprovação da referida Lei, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio foram atualizadas, via Resolução CNE/CEB n. 4, de 17 de dezembro de 2018 (BRASIL, 2018b).

coordenados pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e pelo Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (Consed), no contexto brasileiro, entre junho e agosto de 2016, os quais contaram com a participação de aproximadamente nove mil educadores.

Diante do número de participações, denuncia-se o aligeiramento no processo de discussão e aprovação da BNCC, acrescido da ausência de participação maciça da sociedade civil, das comunidades escolares e de entidades nacionais, em especial as vinculadas à área de Educação, a exemplo da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e a Associação Nacional de Formação de Professores (ANFOPE), cujos membros possuem um vasto acúmulo teórico de pesquisas sobre políticas educacionais, políticas curriculares e políticas de formação de professores.

Não se pode esquecer que, a partir da aprovação da BNCC, a formação inicial e a formação continuada de professores sofreram um novo direcionamento, por meio do documento Proposta para Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica (BRASIL, 2018c). Por conseguinte, ocorreu a aprovação da Resolução do Conselho Nacional de Educação / Conselho Pleno (CNE/CP) n. 02/2019, em 20 de dezembro, ou seja, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e que instituiu a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) (BRASIL, 2019), bem como a aprovação da Resolução CNE/CP n. 1, de 27 de outubro de 2020 (BRASIL, 2020), a qual contemplou a formação continuada a partir da BNCC (FRANCISCO; GONÇALVES; PAIAS, 2023).

Face ao exposto, questiona-se, na macro-pesquisa em andamento: Quais as contribuições de uma intervenção formativa, desenvolvida junto a gestores escolares e assentada em referenciais críticos, que tenha como objetivo explicitar o processo de materialização da BNCC?

## **DELINEAMENTO METODOLÓGICO**

Esta investigação está assentada no método do materialismo histórico-dialético, o qual valoriza o processo de identificação das múltiplas determinações de um fenômeno, face ao processo de objetividade presente nas relações sociais (PAULO NETTO, 2011). Tais premissas foram consideradas na proposição, elaboração e desenvolvimento de uma intervenção didático-

formativa (FRANCO; LONGAREZI; DE MARCO, 2019), desenvolvida juntos a gestores escolares que atuam nas cinco regiões do Brasil, mais especificamente, nos estados de Rio Grande do Sul e Paraná; São Paulo e Minas Gerais; Mato Grosso do Sul e Goiás; Amazonas e Pará; Bahia e Sergipe. A indicação de dois estados de cada região está relacionada à inserção da equipe de investigadores que compõem o projeto, com vistas a captar distintas nuances da realidade brasileira.

## **PARTICIPANTES**

Como salientado, esta investigação é fruto de um macro-projeto, sendo foco de análise a intervenção didático-formativa, divulgada em duas redes sociais, *Facebook* e *Instagram*. As inscrições foram disponibilizadas por ordem de interesse e inscrição, em formulário do *Google Forms*, acrescido da apresentação de Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE). O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UEM (COPEP) e segue as diretrizes das pesquisas com seres humanos, tendo o número CAAE 60580922.0.0000.0104.

Disponibilizaram-se 50 vagas para gestores (critério de inclusão) de cada um dos estados supracitados. Todavia, muitos que efetuaram suas inscrições não participaram das intervenções e outros desistiram sob alegação das dificuldades em participar dos encontros, ainda que houvesse a possibilidade de três encontros para cada módulo, no período noturno, no período de agosto a dezembro de 2023. Assim, 120 foi o quantitativo de pessoas que participaram das ações propostas. Reitera-se que as gravações dos encontros sempre foram disponibilizadas para aqueles que justificaram suas ausências, face a variados motivos de ordem pessoal e profissional.

## **INTERVENÇÃO DIDÁTICO-FORMATIVA**

A intervenção didático-formativa foi estruturada, considerando-se os seguintes eixos: Reformas Educacionais no Brasil no século XXI; O processo histórico de construção e aprovação da BNCC; A BNCC nos estados e municípios do país: padronização e controle do trabalho educativo; Gestão democrática X Gestão gerencial: as intencionalidades curriculares em disputa; Nova gestão pública e Pós-nova gestão pública; Fundamentos teóricos e conceitos centrais presentes na BNCC; Análise da BNCC da Educação Infantil; Análise da BNCC do Ensino Fundamental I; Análise da BNCC do Ensino Fundamental II; Análise da BNCC do Ensino Médio;

e, O processo de formação de professores e as avaliações em larga escala pautadas a partir da BNCC.

Foram previstos dez encontros remotos de duas horas cada um, além de três horas para leituras prévias, totalizando 50 horas. A certificação foi efetuada pelo Sistema de Gestão de Cursos de Extensão da Universidade Estadual de Maringá (SGCEX). Cada módulo foi ofertado, ao vivo, três vezes, a fim de contemplar as distintas realidades insitucionais do país, bem como favorecer a qualificação dos debates.

Os encontros foram gravados e originaram vídeos, os quais encontram-se em processo de edição, e serão compilados e disponibilizados aos participantes, de tal modo que sejam multiplicados nos espaços de atuação profissional, caso haja interesse e demanda das comunidades escolares. Os participantes foram incitados a produzirem relatos de experiência que interseccionem a formação recebida com possíveis impactos da BNCC no campo de atuação, no formato de capítulos, que foram avaliados e os trabalhos aprovados compõem um *e-book*, em processo de edição, a ser publicizado com acesso aberto e gratuito em todo o país.

## ANÁLISE DOS DADOS

O material coletado foi cotejado por meio da criação de eixos de análise, na perspectiva teórica anunciada anteriormente (PAULO NETTO, 2011), considerando-se os referenciais das áreas de políticas educacionais, curriculares e da formação de professores.

## A INTERVENÇÃO DIDÁTICO-FORMATIVA COMO ESPAÇO DE APROPRIAÇÃO DE CONHECIMENTOS RELACIONADOS À BNCC

Apresenta-se nesta seção o Quadro 1, por meio do qual são ilustrados os módulos/textos base, bem como os pesquisadores, responsáveis por cada um dos encontros. Salienta-se que nem todos os pesquisadores que compõem a proposta, em tela, atuaram nesta etapa da investigação. A escolha dos textos ocorreu a partir de reunião coletiva, na expectativa de conferir visibilidade para produções dos pesquisadores envolvidos na ação, além de leituras consolidadas nas temáticas afetas a esta investigação.

Quadro 1 – Cronograma da Intervenção Didático-Formativa

Módulo	Tema e textos base	Responsáveis
1	<b>Orientações aos participantes e dinâmica das atividades formativas</b>	Prof. Dr. Marcos Vinicius Francisco (UEM) e Profa. Dra. Monica Fürkotter (Unoeste)
2	<p><b>Reformas Educacionais no Brasil no século XXI</b></p> <p>MOREIRA, Jani Alves da Silva. Reformas educacionais e políticas curriculares para a educação básica: prenúncios e evidências para uma resistência ativa. <b>Germinal: Marxismo e Educação em Debate</b>, Salvador, v. 10, n. 2, p. 199-213, ago. 2018. Disponível em: &lt;<a href="https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/27355/16674">https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/27355/16674</a>&gt;. Acesso em: 10 fev. 2023.</p> <p><b>O processo histórico de construção e aprovação da BNCC</b></p> <p>CAETANO, Maria Raquel. Agora o Brasil tem uma Base! A BNCC e as influências do setor empresarial. Que Base? <b>Educação em Revista</b>, Marília, v. 21, n. 02, p. 65-82, 2020. Disponível em: &lt;<a href="https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/9993">https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/9993</a>&gt;. Acesso em: 10 fev. 2023.</p>	<p>Profa Dra. Jani Alves da Silva Moreira (UEM) e Prof. Dr. Leonardo Dorneles Gonçalves (FURG)</p> <p>Prof. Dr. Marcos Vinicius Francisco (UEM) e Profa. Dra. Maria Eunice França Volsi (UEM)</p>
3	<p><b>A BNCC nos estados e municípios do país: padronização e controle do trabalho educativo</b></p> <p>PINNA, Leonardo Docena; GAMA, Carolina Nozella. Base Nacional Comum Curricular: algumas reflexões a partir da pedagogia histórico-crítica. <b>Trabalho Necessário</b>, Niterói, v.18, n. 36, p. 343-364, maio/ago. 2020. Disponível em: &lt;<a href="https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/42813">https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/42813</a>&gt;. Acesso em: 10 fev. 2023.</p>	<p>Profa. Dra. Guadalupe Poujol Galván (UPN/Morelos – México) e Prof. Dr. Marcos Vinicius Francisco (UEM)</p>
4	<p><b>Gestão democrática X Gestão gerencial: as intencionalidades curriculares em disputa</b></p> <p>SILVA, Givanildo da; SILVA, Alex Vieira da; SANTOS, Inalda Maria dos. Concepções de gestão escolar pós-LDB: o gerencialismo e a gestão democrática. <b>Retratos da Escola</b>, Brasília, v. 10, n. 19, p. 533-549, jul./dez. 2016. Disponível em: &lt;<a href="https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/673">https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/673</a>&gt;. Acesso em: 10 fev. 2023.</p> <p><b>Nova gestão pública e Pós-nova gestão pública</b></p> <p>PARENTE, Juliano Mota; VILLAR, Lourdes Belén Espejo. Os sistemas educacionais no contexto da transição da Nova Gestão Pública para a Pós-Nova Gestão Pública: estudo comparado entre Brasil e Espanha. <b>Educar em Revista</b>, Curitiba, v. 36, e67115, 2020. Disponível em: &lt;<a href="https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/67115/41851">https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/67115/41851</a>&gt;. Acesso em: 10 fev. 2023.</p>	<p>Prof. Dr. Marcos Vinicius Francisco (UEM)</p> <p>Prof. Dr. Marcos Vinicius Francisco (UEM)</p>
5	<p><b>Fundamentos teóricos e conceitos centrais na BNCC</b></p> <p>OLIVEIRA, Ethyenne Goulart; DI GIORGI, Cristiano Amaral Garboggini; SHIMAZAKI, Elsa Midori. Base Nacional Comum</p>	<p>Prof. Dr. Cristiano Amaral</p>

	Curricular do Ensino Médio e a (re)introdução da pedagogia das competências: revisão sistemática. <b>Olhar de Professor</b> , Ponta Grossa, v. 26, p. 1-25, e-20529.018, 2023. Disponível em: < <a href="https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/20529">https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/20529</a> >. Acesso em: 10 fev. 2023.	Garboggini Di Giorgi (Unoeste) e Profa. Dra. Elsa Midori Shimazaki (UEM; Unoeste)
6	<b>Análise da BNCC da Educação Infantil</b> BARBOSA, Ivone Garcia; SILVEIRA, Telma Aparecida Teles Martins; SOARES, Marcos Antônio. A BNCC da Educação Infantil e suas contradições: regulação versus autonomia. <b>Retratos da Escola</b> , Brasília, v. 13, n. 25, p. 77-90, jan./mai. 2019. Disponível em: < <a href="https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/979">https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/979</a> >. Acesso em: 10 fev. 2023.	Profa. Dra. Caroline Barroncas de Oliveira (UEA) e Profa. Dra. Mônica de Oliveira Costa (UEA)
7	<b>Análise da BNCC do Ensino Fundamental I</b> GONTIJO, Cláudia Maria Mendes; COSTA, Dania Monteiro Vieira; PEROVANO, Nayara Santos. Alfabetização na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). <b>Pro-Posições</b> , Campinas, SP, v. 31, e20180110, 2020. Disponível em: < <a href="https://www.scielo.br/j/pp/a/SSfgKgXvXK5VDq6GqfGfwhK/?format=pdf&amp;lang=pt">https://www.scielo.br/j/pp/a/SSfgKgXvXK5VDq6GqfGfwhK/?format=pdf&amp;lang=pt</a> >. Acesso em: 10 fev. 2023.	Profa. Dra. Elsa Midori Shimazaki (UEM; Unoeste); Profa. Dra. Mariana de Cássia Assumpção (UFG) e Profa. Dra. Viviane Gislaine Caetano (UFPA)
8	<b>Análise da BNCC do Ensino Fundamental II</b> PASSOS, Cármen Lúcia Brancaglioni. <b>Parecer sobre documento da Base Nacional Comum Curricular Matemática – Ensino Fundamental</b> . Disponível em: < <a href="http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/Carmen_Lucia_Brancaglioni_Passos.pdf">http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/Carmen_Lucia_Brancaglioni_Passos.pdf</a> >. Acesso em: 10 fev. 2023.  ANJOS, Ricardo Eleutério dos. Base Nacional Comum Curricular e educação escolar de adolescentes: uma análise baseada na pedagogia histórico-crítica e na psicologia histórico-cultural. <i>In</i> : MALANCHEN, Julia; MATOS, Neide da Silveira Duarte dos; ORSO, Paulino José (org.) <b>A pedagogia histórico-crítica, as políticas educacionais e a Base Nacional Comum Curricular</b> . Campinas, SP: Autores Associados, 2020. p. 179-206.	Profa. Dra. Carmen Lúcia Dias (Unoeste); Profa. Dra. Monica Fürkotter (Unoeste) e Prof. Dr. Ricardo Eleutério dos Anjos (UFCAT)
9	<b>Análise da BNCC do Ensino Médio</b> COSTA, Dirno Vilanova da. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino médio: entre os interesses neoliberais e possibilidades de formação humana. <b>Conjecturas</b> , v. 22, n. 5, p. 949-964. Disponível em: < <a href="https://conjecturas.org/index.php/edicoes/article/view/1066">https://conjecturas.org/index.php/edicoes/article/view/1066</a> >. Acesso em: 10 fev. 2023.	Prof. Dr. Fábio Perboni (UFGD) e Prof. Dr. João Paulo Pereira Coelho (UEMS)
10	<b>O processo de formação de professores e as avaliações em larga escala pautadas a partir da BNCC</b> XIMENES, Priscilla de Andrade Silva; MELO, Geovana Ferreira. BNC - Formação de Professores: da completa subordinação das políticas educacionais à BNCC ao caminho da resistência propositiva. <b>Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos</b> , Brasília, v. 103, n. 265, p. 739-763, set./dez. 2022. Disponível em:	Profa. Dra. Andréa Karla Ferreira Nunes (UNIT) e Prof. Dr. Regilson Maciel Borges (UFPA)

<p>&lt;<a href="http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/5112/4190">http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/5112/4190</a>&gt;. Acesso em: 10 fev. 2023.</p>	
--	--

Fonte: Autores (2023).

A construção da intervenção didático-formativa assumiu como pressupostos as contribuições de Franco, Longarezi e De Marco (2019), tendo clareza que a formação docente ocorre a partir da unidade teórico-prática e da relação dialética entre conteúdo-forma-destinatário. Destarte, teve-se como finalidade que os participantes se apropriassem de conceitos e fundamentos oriundos do processo histórico de construção, aprovação e implementação da BNCC no contexto brasileiro. As autoras supracitadas apontam que, em intervenções com este teor é possível evidenciar “[...] indícios de resistências, rupturas e elementos do desenvolvimento dos sujeitos, que sinalizam as possibilidades desse caminho na busca para superar processos de formação docente [...] dicotômicos e, por vezes, alienantes” (FRANCO; LONGAREZI; DEMARCO, 2019, p. 706).

Ao recorrer as contribuições de Leontiev (1978), salienta-se que o processo de constituição humana só é possível a partir de atividades concretas, produzidas historicamente pelo gênero humano e que orientam os indivíduos no mundo, a partir da posição ocupada nas relações sociais, a depender das condições vivenciadas e da atividade realizada. Inclusive, alguns tipos de atividade exercem papel central no processo de desenvolvimento psíquico, enquanto outras ocupam posição secundária. Sobre as contribuições do psicólogo e filósofo soviético, Franco, Longarezi e De Marco (2019, p. 707) sintetizam que:

Cada estágio do desenvolvimento da psique é determinado pela relação dominante do sujeito com a realidade, com o tipo de atividade dominante para ele no período. Atividade dominante é, assim, entendida como aquela que exerce forças motoras psíquicas, e não aquela na qual o sujeito fica envolvido a maior parte do tempo. A partir desse entendimento, essa atividade influencia as principais mudanças nos processos psíquicos, de modo que, a cada etapa da vida psíquica, surge uma contradição interna causada pela mudança de lugar do sujeito no sistema de relações sociais e pela mudança do conteúdo da atividade essencial nesse período. Na atividade existe uma relação triádica (sujeito-atividade-objeto), constituindo-se historicamente na vida em sociedade, nos processos de trabalho coletivo e de necessidades humanas orientadas por finalidades.

Nessa perspectiva, para Leontiev (1978), o motivo que orienta uma atividade está além da sua forma externa e modo de concretização, está ligado ao objeto para o qual se direciona, a partir da necessidade, do motivo e objetivos de um indivíduo em um determinado contexto

social. Nunes, Viotto Filho e Salomão (2022, p. 5) complementam que, ao se considerar os indivíduos concretos de uma dada realidade, em suas múltiplas determinações, “[...] devem ser levadas em conta as formas de relações sociais que são mantidas pelo modo de produção que organiza e estrutura determinada sociedade”.

Essas premissas foram fundamentais para o processo de efetivação da intervenção didático-formativa, ao conceber que os gestores escolares, alicerçados na perspectiva da gestão democrática, têm necessidade de espaços e momentos que favoreçam a participação da comunidade escolar, esta que deverá ter papel ativo, a fim de acompanhar os seus filhos, face à educação escolar defendida e recebida. Posto isso, esse papel tem sido, cada vez mais, obliterado, em especial, a partir do incremento de políticas educacionais e curriculares de cunho neoliberal, que concebem o trabalho educativo na lógica da reprodução de aulas que destituem o caráter ético, político e intencional da ação docente mediante ao atendimento das exigências postas pelas avaliações externas.

Nessa esteira, os estudantes passam a ser (de)formados por meio de conteúdos padronizados, os professores controlados a partir de plataformas, e os gestores, em uma lógica gerencialista, vistos como fiscalizadores para que essa cadeia funcione. Face ao exposto, salienta-se o papel das universidades e, em especial, dos programas de pós-graduação, espaços de produção de conhecimentos, para que busquem estratégias a fim de auxiliar aqueles que se encontram nas escolas, a desenvolverem estratégias coletivas de formação e atuação contra-hegemônicas.

Tendo como foco os gestores e valendo-se das contribuições de Franco, Longarezi e De Marco (2029, p. 708), compreende-se que o seu desenvolvimento se realiza como uma prática social intermediada “[...] com o mundo e consigo mesmo, em seu aspecto pessoal e profissional”. Os gestores e os professores se formam e se desenvolvem como profissionais “[...] a partir da apropriação de saberes e práticas educativas, no âmbito da docência, na inter-relação indivíduo-sociedade mediante a atividade, no contexto humano-social, e não somente nas licenciaturas destinadas para esse fim”.

Pesquisas desenvolvidas no contexto paranaense constataram que a elaboração da BNCC ocorreu de maneira antidemocrática, embora o discurso governamental apregoe o oposto. Ou seja, sua elaboração se deu de forma vertical e atendeu aos interesses do empresariado e de organismos internacionais (FERNANDES, 2024; FRANCISCO; GONÇALVES; PAIAS, 2023).

No que tange aos participantes da investigação de Fernandes (2024), a maioria não participou da elaboração de nenhuma das versões da BNCC (75,00%), e sequer dos currículos

municipais/estadual (72,00%). Parcela expressiva (92,00%) denunciou, ainda, que ocorreram mudanças no trabalho docente, sobretudo, porque, retiraram a autonomia dos professores, que têm que reproduzir conteúdos padronizados no trabalho educativo, desconsiderando a realidade dos estudantes. Tais conteúdos são cobrados em avaliações de larga escala. Visa-se atingir apenas as competências e habilidades exigidas pela BNCC, ou seja, as requeridas pelo mercado.

Por fim, aponta-se que durante a intervenção didático-formativa, nos diferentes módulos, os participantes efetuaram denúncias semelhantes as constatadas no estado do Paraná. Ao final da formação proposta, eles foram encorajados a produzirem capítulos que tenham como base as discussões efetuadas, bem como as implicações da BNCC nos seus espaços de atuação profissional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto assumiu como objetivo geral, apresentar a intervenção didático-formativa desenvolvida junto aos gestores escolares que experienciaram o processo de materialização da BNCC nos currículos municipais e estaduais de diferentes estados brasileiros. Por ocasião, previu-se uma carga horária de 50 horas, com carga horária prevista para estudos e participação online em formações ofertadas via *Google Meet*, a fim de abordar os fundamentos e aspectos históricos que culminaram à aprovação da BNCC.

Ações como esta ganham destaque, em especial, porque explicita-se o compromisso das universidades e pesquisadores com a socialização de conhecimentos produzidos, os quais, muitas vezes, contam com o apoio de profissionais, estudantes, servidores e comunidades escolares da educação básica. Com relação à BNCC, embora o próprio documento afirme que tenha sido elaborado de forma democrática, investigações e associações científicas da área de Educação, por exemplo, têm denunciado que esse não foi o processo ocorrido. Pelo contrário, o documento foi produzido e assumiu como base os fundamentos das políticas neoliberais e da pós-nova gestão pública.

No que tange aos limitantes para o desenvolvimento deste tipo de ações, destaca-se a mobilização dos profissionais, tendo em vista que muitos se encontram anestesiados face à implementação das atuais políticas educacionais, seja por desconhecimento ou pela ausência de condições objetivas para compreendê-las. Há ainda os que, permeados pela intensificação e flexibilização do trabalho, têm experienciado condições que precarizam sua atuação, a partir de

jornadas ou atribuições que impossibilitam o contato com toda e qualquer ação formativa.

Isso posto, faz-se necessário qualificar o debate com a sociedade civil e comunidades escolares, a fim de ocorra uma mobilização, tendo em vista a transformação deste cenário a curto e médio prazo.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcia Angela da Silva Aguiar; DOURADO, Luiz Fernandes. **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. Recife: ANPAE, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em 13 fev. 2024.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em 13 fev. 2024.

BRASIL. Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05abr. 2013. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm)>. Acesso em: 13 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, 22 de dezembro de 2017, Seção 1, p. 41-44, 2017a.

BRASIL. Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17 de fevereiro de 2017, 2017b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm)>. Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC 2ª versão**. Brasília, DF, 2018a. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf)>. Acesso em: 15 mar. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n. 4, de 17 de dezembro de 2018.** Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP nº 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 15/2017. 2018b. Disponível em:

<[https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_RES\\_CNECPN42018.pdf?query=BNCC%20EI/EF](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN42018.pdf?query=BNCC%20EI/EF)>. Acesso em: 13 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Proposta para Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica.** Brasília, 2018c.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). 2019. Disponível em:

<[https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_RES\\_CNECPN22019.pdf](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN22019.pdf)>. Acesso em: 25 jun. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 2, de 27 de outubro de 2020.** Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=164841-rcp001-20&category\\_slug=outubro-2020-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=164841-rcp001-20&category_slug=outubro-2020-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 25 jun. 2022.

CAETANO, Maria Raquel. Agora o Brasil tem uma Base! A BNCC e as influências do setor empresarial. Que Base? **Educação em Revista**, Marília, v. 21, n. 02, p. 65-82, 2020. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/9993>>. Acesso em: 02 maio 2023.

DALE, Roger. Globalização e Educação: demonstrando a existência de uma “Cultura Educacional Mundial Comum” ou localizando uma agenda globalmente estruturada para a educação? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21464.pdf](http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21464.pdf)>. Acesso em: 11 maio 2022.

FERNANDES, Maicon Antunes. **A participação de gestores escolares no processo de materialização da BNCC em municípios do estado do Paraná.** 2024. 27f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física), Universidade Estadual de Maringá, Ivaiporã, 2024.

FRANCISCO, Marcos Vinicius; GONÇALVES, Leonardo Dorneles; PAIAS, Kátia Rodrigues Montalvão. Da BNCC à BNC-Formação: ponderações a partir do materialismo histórico-dialético. In: MOREIRA, Jani Alves da Silva; VOLSI, Maria Eunice França; SOUZA, Thaís Godoi de. **Políticas educacionais, gestão e financiamento da educação.** Curitiba: Editora CRV, 2023. p. 129-145.

FRANCO; Patrícia Lopes Jorge; LONGAREZI; Andréa Maturano; DE MARCO, Fabiana Fiorezi. A unidade teórico-prática da intervenção didático-formativa no contexto da docência. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 25, n. 3, p. 705-723, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ciedu/a/wLKzCZM7MsKVfLkf3jqvYc/>>. Acesso em: 18 abr. 2024.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Padronização curricular, padronização da formação docente: desafios da formação pós-BNCC. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 46, p. 35-52, jul. 2021. Disponível em: <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2178-26792021000300035&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-26792021000300035&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 14 dez. 2023.

LEONTIEV, Alexei Nikolaevich. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Horizonte Universitário, 1978.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão; PINA, Leonardo Docena; MACHADO, Vinícius de Oliveira; LIMA, Marcelo. A Base Nacional Comum Curricular: um novo episódio de esvaziamento da escola no Brasil. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 107-121, abr. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/21835>>. Acesso em: 25 jun. 2022.

NUNES, Rodrigo Lima; VIOTTO FILHO; Irineu Aliprando Tuim; SALOMÃO, Fabiane Rizzo. Sistematização da pesquisa do tipo interventivo-formativa: primeiros apontamentos. **Revista Cocar**, Belém, v.16, n. 34, p. 1-21, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4921/2265>>. Acesso em: 18 abr. 2023.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.